

Esses intemoratos homens de cor: o associativismo negro em Rio Claro (SP) no pós-abolição

Petrônio Domingues*

Resumo

A proposta deste artigo é examinar aspectos do movimento associativo dos negros em Rio Claro, cidade do interior paulista, na pulsante década de 1930. Atenção especial vai ser dedicada às formas de organização e articulação político-culturais levadas a cabo pela Delegação local da Frente Negra Brasileira e, em menor escala, pela Sociedade Beneficente e Instrutiva Henrique Dias, pela Associação Beneficente e Recreativa José do Patrocínio e pelo Centro Cívico e Beneficente Luiz Gama.

Palavras-chave: populações afrodiaspóricas; negros; movimento associativo; pós-abolição.

Abstract

The purpose of this article is to examine aspects of the associative movement of the black people in Rio Claro, city of the countryside from São Paulo, in the pulsating 1930s. Special attention will be dedicated to the organization forms and taken political-cultural articulation the cable for the Delegation local front Brazilian black and, in smaller scale, by the Beneficent Society and Instructive Henrique Dias, by the Beneficent Association and Recreational José do Patrocínio and for the Civic Center and Beneficent Luiz Gama.

Keywords: African diasporic populations; black people; associative movement; post-abolition.

* Doutor em História (USP). Professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS) pjdomingues@yahoo.com.br.

**“A minha consciência não é atravessada por fulgurâncias essenciais”.
Frantz Fanon (1975:35).**

Em agosto de 1933, Perola de Castro Lima manejou sua pena para escrever no jornal *A Voz da Raça* um longo artigo endereçado aos negros de Rio Claro, uma importante cidade do oeste paulista. “Negros de minha terra”, era assim como ele começava. Já teriam se passado 400 anos desde que a “humilde raça” vinha sendo “espezinhada, enxovalhada e conspurcada pelos brancoides e estrangeiroides”, os quais atiravam o “preconceito tolo, de mil faces e feitios”. Mais ainda: em “40 anos de liberdade romântica e mentirosa”, na qual agiam todos os “papagaios de sandice política”, o negro só teria servido de capacho, capanga, dançador de baile ou batuque, ou simplesmente como cabo eleitoral. Era nesse contexto que Castro Lima se dirigia aos negros de Rio Claro, seus “patrícios briosos”, cujo espírito empreendedor teria como referência o *jazz* dos Batutas Rioclarenses; o “ilustre” João de Souza, o “incansável batalhador pelo progresso do negro”; Jurandir Mourão, jornalista e poeta, “amante das boas iniciativas em prol da raça”. Na segunda parte do artigo, Castro Lima era imperativo com seus “irmãos”, rogando: “Deveis unir-vos, esquecer as paixões mesquinhas, as tolices dos espíritos doentios e inaproveitáveis. É dever de todos os negros cerrar fileiras no lado da Frente Negra Brasileira, esta grande e pujante agremiação que se levanta para pleitear os direitos do negro dentro do Brasil”. No final do artigo, Castro Lima voltava a concitar os seus “irmãos” a adquirirem consciência racial e, sobretudo, engajarem-se na Frente Negra Brasileira:

Nós, os negros rioclarenses, que sempre fizemos da nossa vida a alavanca poderosa para a união dos nossos, irmãos de raça, não podemos portanto ficar indiferentes no que diz ao alevantamento moral, intelectual do negro; devemos neste momento empregar todas as nossas forças, nossas atividades, para o engrandecimento da raça e do nosso querido Brasil. [...] E aos negros de minha terra

Esses intemoratos homens de cor: o associativismo negro...

eu faço o seguinte apelo: à união da raça em Rio Claro cerrando fileiras ao lado da Frente Negra Brasileira.²

É interessante saber que, na década de 1930, os negros de Rio Claro se aglutinaram em torno da Frente Negra Brasileira para se insurgir contra o “preconceito de cor”. Apesar de ter sido uma das mais importantes agremiações do gênero naquele município nas primeiras décadas do pós-abolição, a Frente Negra não foi a única. A Sociedade Henrique Dias, a Associação José do Patrocínio e o Centro Cívico Luiz Gama foram outras agremiações que por lá proclamavam a elevação moral e intelectual do negro. O objetivo deste artigo é examinar o “movimento associativo dos homens de cor” em Rio Claro, na pulsante década de 1930, conferindo uma atenção especial para as suas formas de organização e articulação político-culturais. No discurso político e eventualmente nas pesquisas acadêmicas, os negros são referidos como comunidades naturais, formadoras de uma espécie de família, cujos membros comungariam de afiliações congênicas e possuiriam uma essência transmitida pelo sangue. Existiria, por essa perspectiva, uma alma negra transcendental, um *ethos* trans-histórico e universal, que balizaria *aprioristicamente* a maneira de ser, pensar e agir da comunidade. Baseando-se nos postulados de Paul Gilroy (2001) e Stuart Hall (2003), argumenta-se que essa visão essencialista tem sido incapaz de entender a complexa e sinuosa política racial levada a cabo pelas populações da diáspora africana no Brasil. Em vez da ideia de unidade, urge abordar a comunidade afro-paulista a partir de uma perspectiva pluralista, ou seja, levando em consideração suas contradições, ambiguidades, vicissitudes e idiosincrasias. A proposta central deste artigo é, portanto, mostrar que a visão essencialista não tem respaldo nas fontes e evidências históricas. Os negros de Rio Claro não só eram plurais, como o *fazer-se* de seu movimento associativo caracterizou-se pela capacidade de ser versátil, dinâmico e mutante. Uma polifonia de vozes negras travou

² *A Voz da Raça*. São Paulo, 05/08/1933, p. 4.

Petrônio Domingues

disputas por espaços, cargos, retóricas, projetos e ideais. A política racial do movimento afirmava a *negritude* como um significante aberto. Todos os ativistas tinham consciência de que o “preconceito de cor” era um mal que precisava ser combatido, mas não havia consenso quanto ao melhor modo de fazê-lo.

O associativismo negro em Rio Claro

Em 3 de outubro de 1930, Getúlio Vargas chegou ao poder no Brasil, por meio de um golpe de Estado. A partir de então, o país passou a ser palco de fortes disputas, embates e acirramentos políticos. Em linhas gerais, os atores e os grupos políticos se dividiram em blocos polarizados: os da esquerda e os da direita. Todavia, tanto as agremiações de caráter popular quanto aquelas das elites não previam em seus programas a defesa da cidadania negra. Cansado de ser preterido pelo sistema político tradicional e acumulando a experiência de décadas de vida associativa, um grupo de afro-paulistas empreendeu uma mobilização racial que desaguou na fundação da Frente Negra Brasileira (FNB), na “memorável” noite de 16 de setembro de 1931. A organização político-administrativa da entidade era complexa e diversificada. Havia centralização do poder e predominava uma rigorosa estrutura hierárquica. Ao longo de sua trajetória, a FNB possuiu dois presidentes. O primeiro foi Arlindo Veiga dos Santos, que ocupou o cargo até pedir afastamento, em junho de 1934. Com sua saída, assumiu a presidência Justiniano Costa, que até ali exercera a função de tesoureiro. Sua sede - na região central da capital paulista - era ampla, imponente e bem-estruturada. Havia lá salas da presidência, da secretaria, da tesouraria, das reuniões e dos diversos departamentos. Mantinha-se um salão de beleza, bar, local para jogos, gabinete dentário e um posto de alistamento eleitoral. Contava-se ainda com espaço para o funcionamento de uma escola, de cursos profissionalizantes, de um grupo teatral, de um grupo musical, além de um salão para as realizações das festas e cerimônias oficiais (PINTO, 1993; BUTLER, 1998; DOMINGUES, 2005). A adesão da “população de cor” deu-se

em escala crescente. Ano após ano o número de afiliados aumentava. No seu apogeu, a entidade contava com milhares de associados (BARBOSA, 1998). Em 1936, o seu jornal, *A Voz da Raça*, anunciava que a FNB era formada por mais de sessenta “delegações” (espécie de filiais) distribuídas no interior de São Paulo e em outros estados.³

E na cidade de Rio Claro, como se operou esse processo de expansão da entidade? Já na edição de 23 de fevereiro de 1932, o jornal *Diário do Rio Claro* informava aos leitores, na primeira página, que os “homens de cor” da capital do Estado, entre os quais se contavam “muitos inteligentes e de preparo”, erigiram a Frente Negra Brasileira, “a qual vem pouco e pouco se alastrando com a solidariedade dos negros do interior”.⁴ O jornal estava correto. O espírito de solidariedade racial ecoou, e os negros de Rio Claro não hesitaram em atender ao chamado de seus “irmãos de cor” da capital. Motivações não lhes faltavam. Em pesquisa clássica sobre o município, Warren Dean mostra que a abolição acentuou o racismo que, de latente no sistema escravista, tornou-se patente. Se todas as “pessoas de cor” eram livres, passaram a ser tratadas como “libertas”, mencionadas nos jornais apenas quando compareciam diante do delegado de polícia. Ladrões, bêbados, prostitutas, desordeiros, eis os estigmas que lhes impingiam a “boa sociedade”. Os insultos raciais e a violência contra os libertos eram coisa diária e, “quando suspeitos de estupro de mulher branca, eram linchados”. As pessoas de cor eram segregadas no tocante à moradia e muitas delas eram obrigadas a viver em casebres na periferia. Mais do que um estorvo, a “linha de cor” parecia indelével. As pessoas negras não podiam participar do *footing* na praça e de outros eventos sociais. Conquanto elas tivessem sua própria irmandade, sua exclusão dos clubes e associações de ajuda mútua dos brancos teve o efeito de bloquear-lhes o acesso às principais vias de mobilidade social. “À inferioridade racial”, afirma Dean, “somava-se a social. Bastava ser de classe mais baixa para não ser bem-tratado na escola, no banco ou na prefeitura” (DEAN, 1977:148-149).

³ *A Voz da Raça*. São Paulo, 09/1936, p. 1.

⁴ *Diário do Rio Claro*. Rio Claro, 23/02/1932.

Para agravar esse cenário de adscrições raciais apontado pelo historiador norte-americano, convém assinalar o impacto do *imigrantismo*. Rio Claro cumpriu um papel importante no processo de expansão da economia cafeeira e, como uma típica cidade do oeste paulista, atraiu milhares de imigrantes europeus no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. A imigração em massa causou uma alteração drástica na demografia do município, seja no aspecto quantitativo, seja no aspecto da composição racial. Conforme estabelecia o censo de 1920, Rio Claro tinha 50.416 habitantes, porém aí não foi incluído o item cor. Já no censo de 1940, foi registrado um pequeno decréscimo populacional em relação ao censo anterior, sendo contabilizados 47.287 habitantes. Desse montante, 1.803 eram italianos; 422 espanhóis, 409 portugueses, 212 alemães, 47 japoneses e 272 pessoas de outras nacionalidades. Os estrangeiros representavam 6,7% da população. Já do ponto de vista da composição racial, 44.024 (93,1%) habitantes eram de cor “branca”; 2.898 (6,1%) de cor “preta”; 224 (0,5%) de cor “parda”; 97 (0,2%) de cor “amarela” e 44 (0,1%?) de cor não declarada.⁵ Depreende-se, portanto, que os negros (“pretos” + “pardos”) constituíam uma minoria em Rio Claro ao longo da década de 1930, uma vez que a população do município era majoritariamente branca, com uma não desprezível presença de imigrantes europeus e seus descendentes. Essa situação não era nada confortável. No plano do cotidiano, os imigrantes se esforçavam para se distinguirem dos negros e não serem tratados como tais, por isso eles amiúde lançaram mão do “preconceito de cor”. As interações tensas e as intimidações cruzavam as relações entre esses dois segmentos populacionais. Numa época em que os conflitos interpessoais costumavam degradingolar em violência, a preponderância numérica dos imigrantes deixava os negros em condição de vulnerabilidade. Já na perspectiva do mercado de trabalho formal, os primeiros auferiram vantagens e incentivos múltiplos, situação que contribuiu para lhes proporcionar ascensão social e, no sentido inverso, relegar os segundos às margens da economia. Ademais, os imigrantes

⁵ Recenseamento Geral do Brasil – 1940.

que compravam fazendas de café ou assumiam posições de autoridade nas fazendas, “rapidamente internalizavam as mesmas disposições raciais exibidas por seus congêneres brasileiros” (MONSMA, 2004, 2006, 2007:115), ou seja, passavam a tratar os negros como inferiores.

Esse contexto de racismo ainda grassava em Rio Claro no início da década de 1930⁶ ou, antes, foi agravado com a ambiência de celebração do fascismo e nazismo que deitou raízes na “primeira cidade integralista no estado de São Paulo” (BRUSANTINI, 2004). “Quando uma maioria exclui uma categoria da população da participação em qualquer área da vida social”, pondera Michael Banton, “o normal é que esta se mobilize em defesa dos seus próprios interesses e construa uma fronteira inclusiva”. (BANTON, 1979:164-165) Foi para afirmar a sua dignidade, de um lado, e manter viva a tradição de vida associativa, de outro, que os negros da cidade responderam ao clamor de seus “irmãos de cor” da Capital. O *Diário do Rio Claro* acompanhou o processo de mobilização racial que culminou na fundação da “filial” da Frente Negra no município. As reuniões preparatórias ocorreram na sede da Sociedade Dançante 28 de Setembro.⁷ No dia 25 de fevereiro, o jornal dava destaque, na primeira página: “Realizou-se bastante concorrida, anteontem à noite, na sede da Sociedade Dançante 28 de Setembro, a convocada reunião dos nossos homens de cor para organização da Frente Negra Rio clarense”. A reunião, que “decorreu animada”, foi presidida por Aristides dos Santos, “uma das personalidades negras de mais destaque em nossa terra”. Abrindo os trabalhos, ele “falou da necessidade de se congregarem, todos os seus irmãos de raça, em torno da Frente Negra, que surge como a bandeira redentora que

⁶ Ao consultar os jornais publicados em Rio Claro na década de 1930, Flávia Alessandra de Souza Pereira detectou várias evidências de “racismo”: nas notas de emprego, cujos anunciantes declaravam explicitamente sua preferência de contratar empregadas brancas; nas charges, que retratavam os negros de modo caricatural e estereotipado; nos artigos que desqualificavam a música produzida pelas populações afrodiáspóricas; na veiculação de notícias sensacionalistas sobre a descoberta de técnicas de branqueamento para a pele negra, enfim, a raça era “pronunciada diferentemente por brancos, de um lado, e por negros, de outro. No geral os jornais conduziram ao entendimento de que “raça funcionara como instrumento de construção de supremacia dos brancos sobre os negros, pela fixação hierárquica do lugar do outro” (PEREIRA, 2008:129).

⁷ *Diário do Rio Claro*. Rio Claro, 23/02/1932.

garantirá e pleiteará os direitos dos negros dentro do Brasil”.⁸ Três dias depois, outro jornal da cidade, *O Batutinha* (“Órgão crítico, literário e social - Dedicado aos homens de cor”), estampava na primeira página: “Negros de Rio Claro! Está organizada a Frente Negra Brasileira em Nossa cidade. Ergue-te e vem colaborar em prol de nossa verdadeira liberdade”. Na mesma edição, o órgão da imprensa dos “homens de cor” notificava que, para dirigir a delegação, foi eleita uma diretoria com a seguinte composição: Presidente, Hygino Lúcio de Arruda; Vice-Presidente, João de Souza; Primeiro Secretário, José Ignacio do Rosário; Segundo Secretário, Aristides Negreiros; Tesoureiro, Benedicto Teixeira; Orador, Jurandir S. Mourão; Conselheiros, Aristides Souza Santos, Waldomiro Gonçalves, Alberto Christiano, André José Gaudio, Sebastião de Almeida, Juvenal dos Santos, Lázaro Carneiro e Manoel Domingues.⁹ O mandato dessa primeira diretoria foi efêmero, devido provavelmente às disputas internas. Segundo Jurandir Mourão, eleito o “orador”, José Ignacio do Rosário “fingiu aceitar” ser o primeiro Secretário, para alegar posteriormente que desistiria, uma vez que o cargo era “muito baixo para a sua elevada pessoa”. Ele então teria viajado para a capital paulista na surdina e lá desfiou “tamanho rosário de sofismas” que acabou conseguindo ser nomeado, por parte da sede central da agremiação, para dirigir a delegação em Rio Claro.¹⁰ Seja por meio de golpe ou não, o fato é que os jornais alardearam - uma semana após a instalação da primeira diretoria - que José Ignacio do Rosário foi nomeado “Delegado Especial” da Frente Negra na cidade do oeste paulista, com amplos poderes para formar o Conselho Auxiliar da agremiação.¹¹ Confabulações daqui, conchavos dacolá e, um mês depois, o *Diário do Rio Claro* tornava público que a diretoria “principal” da Frente Negra no município era constituída pelos seguintes membros: “Delegado Especial, José Ignácio do Rosario; Presidente, Telesforo J. Alcântara Moeria; Vice-

⁸ *Diário do Rio Claro*. Rio Claro, 25/02/1932. Ver também *Diário do Rio Claro*. Rio Claro, 26/02/1932.

⁹ *O Batutinha*. Rio Claro, 28/02/1932; *O Batutinha*. Rio Claro, 13/03/1932.

¹⁰ *Diário do Rio Claro*. Rio Claro, 10/04/1932.

¹¹ *Diário do Rio Claro*. Rio Claro, 03/03/1932.

Presidente, Manoel Domingues; primeiro Secretário Geral, Aristides Assis Negreiros; segundo Secretário, Aristides Silva Moreira; primeiro Tesoureiro, Salvador José Silva; segundo Saturnino Gabriel Corrêa; Cabo Distrital e primeiro Procurador, Benedicto Campos Pires”.¹²

Na fase inicial, a sede da Frente Negra de Rio Claro funcionava na Rua 4, número 94 (atualmente centro da cidade), e ficava aberta diariamente, atendendo aos interessados das 11h00 às 20h00. Um número cada vez maior de negros foi compreendendo seus “nobres” ideais de igualdade racial e, movidos por um clima de entusiasmo, expectativa e esperança, acorreram à sede para assomar-se aos seus quadros de associados. Com a estruturação, ela adquiriu um novo dinamismo, empreendendo programas culturais e projetos sociais. Talvez o principal deles foi a criação de uma unidade de ensino. Já no final de abril de 1932, a diretoria da agremiação relatava que estava prestes a abrir uma “escola instrutiva noturna”, dirigida pela professora Maria de Lourdes Rosário, “que com verdadeiro amor, esforço e franca dedicação” contribuiria para o feliz andamento do estabelecimento. Em anexo, Júlio de Lima, “competente elemento que raiou na aurora ansiosa do cultivo dos negros rioclarenses”, dirigiria aulas de música no mesmo estabelecimento. Já contaria a Frente Negra com “numerosos alunos, aguardando o apoio de todos os interessados, quer associados, quer não”, porquanto as vagas eram limitadas.¹³ Tudo leva a crer que, no início de maio, a escola noturna para “instrução e alfabetização dos irmãos da raça” iniciara suas atividades. Sob a coordenação da “digníssima professora senhorita Maria de Lourdes Rosário”, funcionava no prédio 41 da Avenida João Pessoa.¹⁴

Os dirigentes fretenegrinos procuraram dialogar e, simultaneamente, obter o apoio dos segmentos da sociedade civil e do poder público de Rio Claro para suas demandas. Com esse espírito, eles publicavam nos jornais notas de agradecimentos às atenções que lhes

¹² *Diário do Rio Claro*. Rio Claro, 09/04/1932. Ver também *A Voz da Raça*. São Paulo, 02/09/1933, p. 2.

¹³ *Diário do Rio Claro*. Rio Claro, 29/04/1932.

¹⁴ *Diário do Rio Claro*. Rio Claro, 05/05/1932.

dispensavam as “autoridades locais”¹⁵ e o “elemento branco”.¹⁶ Por ocasião da ida de Isaltino Veiga dos Santos à cidade, os dirigentes da delegação promoveram o encontro do “secretário geral” da Frente Negra central com “autoridades locais, solicitando das mesmas apoio moral para o mais franco progresso da F. N. B.”.¹⁷ Possivelmente, a delegação desfrutava de certo prestígio junto à sede central da agremiação. Desde a fase de consolidação, ela foi visitada por expoentes da “matriz”, os quais viajavam de trem da capital para o município do oeste paulista, a fim de conhecer o trabalho da “filial”, realizar palestras e estreitar os intercâmbios político-culturais.¹⁸ Não era raro os negros rioclarenses ocupar as páginas do jornal da agremiação, *A Voz da Raça*, para veicular notas sobre eventos sociais – como viagens, formaturas, aniversários –,¹⁹ efetuar cobranças²⁰ e publicar poemas e artigos,²¹ emitindo a opinião sobre questões ligadas à vida social, cultural e racial. O prestígio da delegação devia-se em parte à figura de Ignacio do Rosário. Tenente da Força Pública Estadual, ex-comandante do destacamento policial local e representante d’*A Voz da Raça*,²² esta liderança negra se notabilizou pela capacidade organizativa, pelo devotamento à “causa” e pelos métodos autoritários de comando. Quando visitava a sede central da agremiação, na capital paulista, costumava ser recebido com deferência.²³

A delegação da Frente Negra de Rio Claro investia igualmente nos contatos com suas congêneres do interior do Estado. Na edição de março de 1934, o jornal *A Voz da Raça* informava que a delegação de Jundiaí foi visitada por José Ignacio do Rosário.²⁴ Naquele mesmo período, a delegação de Campinas promoveu um vultoso evento, durante o qual foi levada a

¹⁵ *Diário do Rio Claro*. Rio Claro, 12/05/1932.

¹⁶ *Diário do Rio Claro*. Rio Claro, 29/04/1932.

¹⁷ *A Voz da Raça*. São Paulo, 18/03/1933, p. 4.

¹⁸ *Diário do Rio Claro*. Rio Claro, 15/03/1932.

¹⁹ *A Voz da Raça*. São Paulo, 02/09/1933, p. 3.

²⁰ *A Voz da Raça*. São Paulo, 16/09/1933, p. 3.

²¹ *A Voz da Raça*. São Paulo, 11/11/1933, p. 3.

²² *A Voz da Raça*. São Paulo, 10/06/1933, p. 4.

²³ *A Voz da Raça*. São Paulo, 13/05/1933, p. 3.

²⁴ *A Voz da Raça*. São Paulo, 03/02/1934, p. 3.

cena o espetáculo *O escravo* e, em seguida, realizado um “pomposo” baile, que “terminou pela madrugada entre risos, vivas e palmas”. Estiveram presentes várias associações negras, locais e da capital. A representação das delegações do interior esteve a cargo, mais uma vez, “do tenente José I. do Rosário [de Rio Claro], sendo que as Delegações de Amparo e Jundiaí também se fizeram representar”.²⁵ Esses intercâmbios eram importantes porque colaboravam para incrementar, tanto a comunicação e a circulação de ideias, narrativas, símbolos e tendências estéticas – por meio da troca de panfletos, boletins, jornais, *slogans*, escritos literários, produções dramáticas, registros sonoros e estilos de dança, moda e comportamento –, quanto as permutas e transferências mútuas de experiências político-culturais dos afro-paulistas, conformando, assim, uma rede específica de política, cultura e lazer.

Do ponto de vista das relações de gênero, a Frente Negra rioclareense era dominada pelos homens. Na composição das primeiras diretorias da delegação, a presença feminina era praticamente nula. Isso não significa que as mulheres ficaram indiferentes ante àquela jornada de mobilização racial. Tanto é que há indícios da formação de uma “Diretoria das Senhoras”,²⁶ bem como de iniciativas individuais. Segundo o jornal *A Voz da Raça*, Lázara de Assis Negreiros foi nada menos do que a “mentora” da agremiação.²⁷ Ao lado dela, destacaram Teodosina, a “dileta filha” de um

²⁵ *A Voz da Raça*. São Paulo, 20/01/1934, p. 3. A comunidade negra de Rio Claro outrossim patrocinava eventos que contava com a presença de seus “irmãos de cor” de outros municípios. No dia 27 de janeiro de 1934, por exemplo, “teve lugar, no salão Glória Rique”, da cidade, “um dramático dançante, promovido pelo [grupo musical] Batutas [Rioclarenses] em homenagem à sua fundação”. Para o “festival”, compareceu uma caravana de Jundiaí, sendo que um “correspondente” de lá, da delegação da Frente Negra, produziu o seguinte relato: “A peça da 1ª. parte, intitulada ‘As duas gatas’, agradou deveras a seleta assistência, nela se destacando a snra. Maria de Melo, snr. Jurandir Mourão e exma. senhora e o menino Hermes Cardozo (moleque bamba). Os números variados nada deixaram a desejar, neles salientando-se mais uma vez o menino Hermes Cardozo, brilhante intérprete das canções brasileiras. Pela recepção que foi feita à caravana jundialense, somos gratos aquele conjunto; auguramos votos de ditoso porvir”. *A Voz da Raça*. São Paulo, 03/02/1934, p. 3.

²⁶ *Diário do Rio Claro*. Rio Claro, 29/04/1932.

²⁷ *A Voz da Raça*. São Paulo, 20/05/1933, p. 3.

dirigente fretenegrino,²⁸ e Maria de Lourdes Rosário – filha do José Ignacio do Rosário, o “delegado especial” da FNB na cidade –, uma das fretenegrinas de maior projeção e visibilidade. Não era para menos. Ela geralmente acompanhava o seu pai nas atividades públicas, assim como nas viagens à sede central da organização na capital paulista.²⁹ Articulada e impetuosa, era professora, poetisa e colaboradora da imprensa. Por meio de seu pseudônimo – Lili –, Lourdes Rosário publicou vários poemas e crônicas no jornal *A Voz da Raça*.³⁰ No dia de aniversário da FNB, ela escreveu um artigo exortando os associados: “Fretenegrinos! Peçamos pela glória da nossa Frente Negra, que será pela glória de uma raça. A raça de nossos antepassados, a raça negra, a nossa raça”.³¹ Em outro artigo, ela se arvorava de uma autêntica liderança fretenegrina, entoando palavras de combate: “O negro não é inferior ao branco. [...] E ele clama justiça. O repelente preconceito envenena-o. Justiça e combate ao preconceito contra o negro”.³² Obstinate, Lili voltava a utilizar o órgão da imprensa, desta feita, para conclamar a “mocidade” a formar uma associação beneficente. Mesmo que essa “risonha etapa da vida” não prescindia das festas, escrevia ela, essas “diversões e prazeres limitados” poderiam servir de fonte arrecadadora de recursos, os quais seriam revertidos para a formação da poupança de uma associação e em benefício dos fins mais nobres. “É para um fim elevado que visa a coletividade”, de modo que a poupança “é uma reserva preventiva para uma necessidade fatal”.³³ Verifica-se que a participação feminina na delegação da FNB não foi decorativa ou irrisória. Nos limites do possível das relações de gênero, as mulheres assumiram

²⁸ *A Voz da Raça*. São Paulo, 03/06/1933, p. 3.

²⁹ *A Voz da Raça*. São Paulo, 23/12/1933, p. 2.

³⁰ *A Voz da Raça*. São Paulo, 03/06/1933, p. 3; *A Voz da Raça*. São Paulo, 20/01/1934, p. 3;

A Voz da Raça. São Paulo, 17/03/1934, p. 5.

³¹ *A Voz da Raça*. São Paulo, 16/09/1933, p. 2.

³² *A Voz da Raça*. São Paulo, 03/06/1933, p. 4.

³³ *A Voz da Raça*. São Paulo, 30/09/1933, p. 3. Quando o jornal *A Voz da Raça* completou um ano de vida, Maria de Lourdes Rosário lhe rendeu homenagens. Afinal, o jornal seria o elemento do qual a organização “não poderia prescindir, mesmo porque não se conceberia o progresso integral dessa obra sem o concurso indispensável da imprensa, imprensa nossa, como nossa é a Frente Negra Brasileira”. *A Voz da Raça*. São Paulo, 17/03/1934, p. 2.

Esses intimoratos homens de cor: o associativismo negro...

responsabilidades e exerceram um papel proativo, respondendo pelas tarefas “domésticas” na sede da delegação, enfronhando-se em ações assistenciais, projetos educacionais, sem jamais perderem de vista o trabalho de conscientização racial da “população de cor”.

Uma polifonia de vozes negras

Os negros de Rio Claro se dedicaram de “corpo e alma” à construção de um movimento associativo. Entretanto não havia pensamento único, nem comportamento uniforme entre seus ativistas. Com identidades multifacetadas, eles desfraldaram diferentes agendas, perspectivas de luta e narrativas de igualdade. No dia 2 de abril de 1932, José Ignacio do Rosário publicou uma nota nos principais jornais da cidade, fazendo um “apelo” para que as “distintas famílias” exigissem de seus empregados ou empregadas negros o “atestado de boa conduta”, documento que deveria ser a “caderneta de identidade”, fornecida pela delegação da Frente Negra, em Rio Claro. “Esta medida de precaução”, afirmava Rosário, “é para evitar que as distintas famílias tenham em suas casas empregadas de má conduta”.³⁴ A reação das vozes dissonantes foi quase imediata. Cinco dias depois, Jurandir da Silva Mourão – um “jornalista e poeta” negro – escreveu um copioso artigo no *Diário do Rio Claro* para rechaçar a ideia de Ignacio do Rosário. Seu argumento inicial aparecia sob a forma de indagação: até aquele instante, muitas famílias negras tinham tido a “moral de pé” e uma “conduta boa” e, por não pertencerem à Frente Negra, poderiam “perder todo o seu prestígio”? A ideia do atestado de boa conduta seria despropositada, mesmo porque a agremiação não teria representatividade, isto é, não reunia a “quase totalidade” da “população de cor” do país. “Eu, por exemplo, e mais 60 negros rioclarenses”, dizia Mourão, “estamos desligados da Frente Negra e nem por isso deixamos de ter a nossa boa conduta”. Para finalizar, um desabafo: “Em nome da maioria das famílias negras rio-clarenses, que sentiram ofendidas no seu brio com a referida publicação, deixo aqui o meu firme protesto sobre esse ponto de vista.”³⁵

³⁴ *Diário do Rio Claro*. Rio Claro, 02/04/1932.

Petrônio Domingues

A polêmica estava armada e os ânimos foram se exaltando. Diante das críticas recebidas, Ignacio do Rosário analogamente recorreu às páginas do *Diário do Rio Claro* para replicar seu detrator: “Em seção livre desta folha, eu o Delegado Especial da Frente Negra Brasileira em Rio Claro, apresento o menosprezo intenso ao artigo apresentado [...] pelo sr. Jurandir Silva Mourão”. Antes de mais nada, tratava-se de um artigo divisionista:

Ainda que bem medíocre o entendimento individual, não é lícito dar crédito ao protesto que o Sr. Jurandir S. Mourão apresenta. É necessário que vejamos por linhas retas o que é direito e faz-se mister que o negro aqui em Rio Claro deixe de procurar dificultar o andamento da grande obra que a Frente Negra Brasileira pretende concretizar, deixando de confundir as ideias, tornando assim moroso o trabalho de arregimentação da raça.

Além de divisionista, Jurandir Mourão era acusado de ter distorcido os fatos, pois Ignacio do Rosário teria falado em “apelo”, de modo que nenhuma obrigatoriedade haveria de as famílias exigirem a caderneta. “Foi um simples *apelo* que recebeu aplauso geral”. Por fim o “delegado da Frente Negra” alfinetava seu interlocutor com agressividade: “Que Deus nos proteja do excesso de inteligência dos patrícios que [...], procurando dispersar e destruir a obra, podem obter com os Judas seus lugares de destaque”.³⁶ O primeiro dos contendadores não se deu por satisfeito com as explicações do segundo e não titubeou para treplicá-lo:

Diz o Sr. como delegado da Frente Negra não está obrigando ninguém a tirar a caderneta da dita cuja. Falta-lhe certamente autoridade para isso, pois o Sr. não é nenhum ditador, nem mesmo mirim, apesar da decidida vocação que tem para mandar. Mas, pelos termos do seu arrazoado deu provas de que está querendo coagir as famílias a não aceitar empregados negros sem a caderneta da Frente, enfeitada com a sua bonita e pomposa assinatura!

Na posição de dissidente da Frente Negra, Jurandir Mourão alegava conhecer bem as práticas “discricionárias” de Ignacio do Rosário no comando

³⁵ *Diário do Rio Claro*. Rio Claro, 07/04/1932.

³⁶ *Diário do Rio Claro*. Rio Claro, 08/04/1932.

da agremiação. Sua causa seria “boa e útil”, no entanto o que não seria “bom nem útil” era o modo pelo qual ele agia desde o princípio. Sobre os “possantes ombros” daquele dirigente fretenegrino pesaria a responsabilidade da divisão dos “homens de cor” de Rio Claro. O primeiro contendador continuou contra-atacando o segundo: “O qualificativo de Judas não me assenta bem. Quem o merece é o Sr. [...] Judas foi o rei da hipocrisia. O Príncipe está entre nós e todos o conhecemos. É ele que está tramando a separação dos negros rio-clarenses”.³⁷ Essas trocas de farpas e acusações sinalizam para as dimensões subjetivas que acompanhavam os ativistas do movimento associativo dos “homens de cor” da cidade. Ademais, demonstram como o movimento abrigou uma diversidade de opiniões, alojou um campo de forças e disputas. Ser negro era a condição *sine qua non* para o engajamento desses ativistas, todavia não determinava suas atitudes, tampouco impedia a oposição de ideias. Para além da vaidade, entrava em jogo as relações de poder político e simbólico, os projetos emancipatórios e o melhor caminho a ser trilhado rumo à ampliação da cidadania. Uma disputa, portanto, pela hegemonia na direção do movimento, na qual não era raro um contendor atacar o outro, tendo em vista desqualificá-lo para se afirmar. Jurandir Mourão terminava sua tréplica enfatizando ser uma pessoa estimada, de retidão de princípios, de moral e procedimento ilibados, desafiando, por assim dizer, Ignacio do Rosário a provar o contrário.³⁸ Este não aceitou o desafio daquele, mas, por seu turno, não conseguiu evitar a fratura do movimento associativo dos “homens de cor” da cidade.

Jurandir Mourão, e os “mais de 60 negros rioclarenses” que ele evocava, foram protagonistas da primeira grande defecção da delegação da Frente Negra, a qual desembocou no florescimento de uma nova associação. No dia 19 de abril de 1932, um grupo de indivíduos “de cor preta” publicou uma pequena nota no *Diário do Rio Claro*, para divulgar suas atividades e, a um só tempo, convocar “todos os elementos da raça” para uma “sessão

³⁷ *Diário do Rio Claro*. Rio Claro, 10/04/1932.

³⁸ *Idem*.

solene” às 20h00 no prédio da Sociedade 28 de Setembro, localizado na Rua 10, número 66.³⁹ Dois dias depois, tudo veio à tona. A “sessão solene” consistiu da reunião de fundação da Sociedade Beneficente e Instrutiva Henrique Dias. Bastante concorrida, a reunião foi aberta com um longo discurso de Waldomiro Gonçalves, que explicou aos presentes os fins beneficentes da nova sociedade. Historiando a cisão da Frente Negra, o “orador concluiu por dizer que os negros brasileiros não podem se escravizar a partidos políticos, uma vez que se querem homens livres e independentes”. Com o nome em homenagem ao “heroico patricio, homem de cor que se bateu pela nossa pátria”, expulsando os holandeses do Nordeste brasileiro no período colonial, a Henrique Dias definiu sua diretoria, com a seguinte nominata: Presidente, Hygino Lúcio de Arruda; Vice-Presidente, João de Souza; Primeiro Tesoureiro, Juvenal dos Santos; Segundo Tesoureiro, Lázaro Carneiro; Primeiro Procurador, André Gaudio; Segundo Procurador, Mário de Souza; Primeiro Secretário, Jurandir Mourão; Segundo Secretário, Áureo Baptista; Conselheiro, Waldomiro Gonçalves.⁴⁰ Após três meses de estabelecida, a Sociedade Henrique Dias organizou seu Grupo Dramático, com a participação da reputada *jazz band* Batutas Rioclarenses (PEREIRA, 2008:66).⁴¹

Como é possível notar, a Frente Negra não foi a única agremiação de Rio Claro que, na década de 1930, pelejava em prol da elevação moral, social e cultural do “elemento de cor”. A Associação Beneficente e Recreativa José do

³⁹ *Diário do Rio Claro*. Rio Claro, 19/04/1932.

⁴⁰ *Diário do Rio Claro*. Rio Claro, 21/04/1932.

⁴¹ Os Batutas Rioclarenses eram o nome de um grupo musical formado exclusivamente por negros. Com um repertório bastante influenciado pelo jazz norte-americano e outros estilos musicais afrodiáspóricos – basta assinalar que fazia parte de seu repertório fox-trots, shimmys, ragtimes, rumbas e mambos –, o grupo animava festas e bailes. Não era incomum a *jazz band* Batutas Rioclarense viajar pelo estado, fazendo apresentações em outras cidades do interior paulista e irrigando, com isso, o circuito de cultura e lazer da comunidade negra. A existência desse grupo musical reforça a suposição de que os negros de Rio Claro, na década de 1930, estavam a par das tendências culturais afrodiáspóricas ou mesmo das propostas estéticas dos negros em escala transnacional e faziam escolhas a partir desse conhecimento. Para notícias sobre os Batutas Rioclarenses, ver *A Voz da Raça*. São Paulo, 16/09/1933, p. 3; *A Voz da Raça*. São Paulo, 31/08/1935, p. 3.

Patrocínio foi igualmente instalada com essa finalidade. Presidida por Júlio de Lima, caracterizava-se pela promoção de atividades de lazer, como festas e bailes. Em comemoração ao 13 de maio de 1932, a agremiação organizou um “grandioso festival cívico dançante” em sua sede, que contou com palestras “de diversos oradores de Jundiaí, Araraquara e São Carlos”. O ponto alto do conclave foi o “animado baile abrilhantado pelas afamadas *jazz bands* ‘Oriental, de Jundiaí, e ‘Careca’”, da cidade anfitriã.⁴² Com o tempo, a Associação José do Patrocínio tornou-se concorrente da Frente Negra e com ela passou a ser confundida. Para dirimir qualquer mal-entendido a esse respeito, o secretário geral da Frente Negra na cidade procurou a redação do *Diário do Rio Claro* para declarar que, embora a sua agremiação estivesse instalada na Avenida João Pessoa, número 41 e aí “está também instalada a sociedade ‘José do Patrocínio’, com a qual a Frente Negra não tem nada que ver”, é “sobejamente conhecido que esta é uma união política e social de gente negra para o levantamento geral da raça, intelectual e moral, e não de danças e outros divertimentos”.⁴³ Mais do que indicar os problemas infraestruturais enfrentados pelo movimento associativo dos “homens de cor” de Rio Claro, a declaração do secretário da Frente Negra trás à baila a diversidade de concepções que circulava no interior do movimento. Conjugadamente, múltiplos projetos, ideais e discursos eram proferidos. Algumas vozes enfatizavam as lutas sociais, outras, as atividades culturais, e ainda havia aquelas que defendiam as ações lúdico-recreativas.

Parece que a delegação da Frente Negra de Rio Claro entrou em crise no ano de 1934, devido a uma miríade de divergências entre seus membros, e acabou ficando moribunda, se não foi extinta naquele ano. De todo modo, as conexões da sede central da FNB com a cidade do Oeste paulista, quer as individuais ou institucionais, não foram interrompidas. Em 1937, o jornal *A Voz da Raça* divulgou o discurso que, ali, Francisco Lucrécio proferiu “ao microfone da Estação Radiofônica”, saudando os “patrícios” rioclarenses: “Por delegação dos negros de São Paulo, os que integram a maior organização de brasileiros

⁴² *Diário do Rio Claro*. Rio Claro, 14/05/1932.

⁴³ *Diário do Rio Claro*. Rio Claro, 22/05/1932.

de cor e que é a Frente Negra Brasileira, venho hoje a esta maravilhosa terra, trazer-vos a minha palavra de fé e de confiança na grandeza crescente da Pátria.”⁴⁴ No mesmo ano em que Francisco Lucrecio fez seu discurso de saudação, uma nova agremiação entrou em cena na cidade.

No dia 9 de outubro de 1937, foi inaugurado o Centro Cívico e Beneficente Luiz Gama. De acordo com o jornal *A Voz da Raça*, tratava-se de uma “iniciativa dos homens de cor altivos e operosos”, formadores da “elite negra rioclareense”. A reunião inaugural foi solene, tendo sido presidida pelo “doutor” Antonio Carlos Pereira da Costa, “meritíssimo juiz de Direito daquela comarca”, e contou com a presença das “pessoas mais representativas da alta esfera social da localidade”. Pereira da Costa foi o primeiro a discursar na solenidade, congratulando-se com a “classe”; em seguida, foi dada a palavra ao professor Arlindo Ungaretti, que discorreu sobre a nova associação como “força a se postar na defesa da democracia brasileira”. Francisco Lucrecio, o secretário geral da FNB, acedendo ao convite que lhe fora dirigido, representou a associação coirmã da capital paulista. Usando da palavra, referiu-se ao “grande patrono” Luiz Gama, o “emérito e estoico defensor da raça negra”, e terminou sua palestra “tecendo elogios e exortando os dirigentes à elevação de tão nobre entidade de civismo e beneficência”.⁴⁵ O jornal *Cidade de Rio Claro* também informou aos leitores das solenidades de inauguração do Centro Cívico e Beneficente Luiz Gama, a novel associação que reuniria a “maioria dos homens de cor” do município. Segundo a reportagem, o Luiz Gama teve, desde o princípio de sua formação, uma trajetória “invulgar e brilhante”, conseguindo acardumar, sob sua bandeira, cerca de 320 sócios. As finalidades estatutárias da associação seriam “das mais louváveis e meritórias”, quais sejam, propugnar uma assistência cotidiana e diligente, tendo em vista proporcionar “ao homem de cor da cidade todo o conforto de que necessite na sociedade”; tornar-se um reduto de “comunhão da raça”; procurar alfabetizar aqueles que ainda não o são; criar um ambiente “cooperativista de mutualidades” capaz de assegurar aos associados uma “união

⁴⁴ *A Voz da Raça*. São Paulo, 01/1937, p. 4.

⁴⁵ *A Voz da Raça*. São Paulo, 11/1937, p. 2.

Esses intemoratos homens de cor: o associativismo negro...

beneficiadora”; ser, portanto, “amparador” e cívico, como o seu próprio nome indicava. O Luiz Gama era a concretização de “uma aspiração do homem de cor rioclarense”, por isso o clima de júbilo e euforia reinava. Sua sede seria um “deslumbre”, desde a decoração das dependências do prédio até a disposição das diversas repartições internas, onde se mantinha um “grupo dramático”. Tudo ali denotava “trabalho, labor fecundo, realização, que um grupo de homens de votante decisiva e firme levou a termo criando essa maravilha de união dos homens de cor”. Na parte final, a reportagem inscrevia a edificação do Centro Cívico e Beneficente Luiz Gama no contexto mais amplo:

Não há [como] negar que a raça negra vem cumprindo um glorioso destino dentro da pátria. Vindo de um fundo obscuro para o tumulto inopinado da interpenetração no seio da nacionalidade, contribuindo para a formação da raça e dela fazendo parte preponderante com fração apreciável, os homens de cor do Brasil são parcela de real importância dentro da pátria e cumpre reivindicar em seu favor todos os direitos que lhes devem ser outorgados.⁴⁶

Por ocasião de seu nascimento, o Centro Cívico e Beneficente Luiz Gama ganhou relativo destaque na imprensa. A associação significava um espaço de reivindicação de direitos, um canal de interlocução com a sociedade civil e o poder público, além, evidentemente, de assumir o tradicional papel cultural e recreativo. Obra que gerava orgulho racial e despertava a atenção de diversos segmentos, o Centro Cívico Luiz Gama traduzia as aspirações da “elite negra rioclarense”. Conforme o acúmulo de experiência, os “homens de cor” da cidade investiram em empreendimentos associativos cada vez mais arrojados. Devia-se aprender com os erros do passado e vislumbrar um novo futuro. Para tanto, a solidariedade racial continuava sendo o combustível dinamizador da luta coletiva. As palavras em prol da unidade voltavam a ser bradadas.⁴⁷

⁴⁶ *Cidade de Rio Claro*. Rio Claro, 09/10/1937.

⁴⁷ O Centro Cívico Luiz Gama foi o produto da fusão das parcelas mais significativas das agremiações negras de Rio Claro. Seu presidente, Hygino Arruda, por exemplo, era o antigo presidente da Sociedade 28 de Setembro, e o vice-presidente, Francisco Franco Arruda, dirigia anteriormente a Sociedade Progresso da Mocidade.

Todos os negros deviam levantar a bandeira do Centro Cívico Luiz Gama. Se as expectativas iniciais eram as melhores possíveis, parte delas ficou frustrada quando a agremiação completava seu primeiro mês de vida. Em novembro de 1937, Getúlio Vargas implantou a ditadura batizada de Estado Novo. A partir de então, o Congresso Nacional, as assembleias estaduais, as câmaras municipais e os partidos políticos foram extintos. Sem as liberdades democráticas, a agremiação se viu em dificuldades para respirar e, sobretudo, para implementar o seu projeto redentor – seu estatuto inscrevia preocupações sociais, intelectuais, jurídicas etc. O Centro Cívico Luiz Gama até desenvolveu atividades variadas, como bailes, festivais dramáticos, palestras, comemorações do 13 de Maio, mas, como infere Flávia Alessandra de Souza Pereira, ano após ano ele foi perdendo seu vigor inicial. Com efeito, seu caso não foi único. Em Rio Claro dos anos 1940, “as manifestações do meio negro haviam perdido vigor, se comparadas às que ocorreram nos anos 1930” (PEREIRA, 2008:118). Depois de uma defecção, que resultou na saída de um grupo de negros capitaneado por Francisco Arruda, o Centro Cívico Luiz Gama reorganizou sua diretoria, embora continuasse executando suas ações num momento político que não lhe favorecia. Em termos estruturais, as agremiações negras de Rio Claro chegaram ao ano de 1945 “morrendo à míngua”, sentencia Souza Pereira, que não encontrou, nos jornais publicados desse ano, referência às atividades associativas dos negros na cidade (PEREIRA, 2008:128).

Considerações finais

As ideias do racismo científico e do darwinismo social foram bastante difundidas em todo o mundo atlântico entre os anos 1880 e 1930, fundamentando a segregação racial nos Estados Unidos e o início do regime do *apartheid* na África do Sul. Em uma época cujos laços econômicos vinculavam em escala crescente a América Latina à Europa e aos Estados Unidos, essas correntes internacionais de pensamento e prática racistas tiveram influência na região (ANDREWS, 2007:152). O racismo científico foi

esposado seletivamente pelas elites brasileiras que, na virada do século, enfrentaram o dilema de saber como transformar um país “atrasado” e “subdesenvolvido” em nação “próspera”, “moderna” e “civilizada”. Sua conclusão foi que a transformação teria que acontecer não somente no plano político ou econômico, mas também no racial. Para participar do concerto das civilizações, o Brasil teria de se tornar branco. As políticas públicas, implementadas nesse período com base no racismo científico e no conceito de branqueamento, produziram uma situação angustiante para os negros. Em São Paulo, uma economia em expansão oferecia oportunidades de ascensão social e econômica. Contudo, quando buscavam aproveitar essas oportunidades, os afrodescendentes enfrentavam as mais diversas barreiras: “recusa à admissão em restaurantes, teatros, barbearias, hotéis e outros estabelecimentos públicos; recusa das escolas particulares (e às vezes de prestigiadas escolas públicas) em matricular seus filhos; recusa dos clubes sociais em admiti-los; e, mais prejudicial que tudo, a discriminação aberta ou velada no emprego” (ANDREWS, 2007:160). Em Rio Claro, o quadro de desigualdades não era diferente na década de 1930. Os negros da “primeira cidade integralista no estado de São Paulo” tinham o seu destino tolhido, seja pelo “preconceito de cor” das elites, seja ainda pela interação face a face com os imigrantes e seus descendentes, que muitas vezes geravam tensões, conflitos e hostilidades, quando não limitavam oportunidades e ambições. A “linha de cor” tendia a demarcar a fronteira da cidadania. Apesar – ou por conta – disso, os negros da cidade não aceitaram o papel de vítimas da história. Pelo contrário. Com perseverança e postura altaneira, eles agenciaram um movimento associativo vivo, brioso e renitente. Explorando as margens de autonomia do sistema racial, eles envidaram os esforços para afirmar sua autodeterminação, isto é, para serem percebidos como agentes, como pessoas com capacidades cognitivas, de empoderamento, e mesmo com uma história político-cultural própria e fecunda.

Isso não significa, porém, que os negros de Rio Claro constituíam uma massa homogênea ou mesmo que conformavam um bloco monolítico e

cristalizado. Nada mais ilusório. O *fazer-se* como processo e relação, a heterogeneidade de posicionamentos, a pluralidade de pensamento e as disputas abertas imprimiram a tônica do movimento associativo dos “homens de cor” da cidade. As divergências de suas lideranças inclusive tornaram-se públicas, sendo veiculadas num clima de animosidade. Isso, por sinal, não passou despercebido pela opinião pública. Tanto é que Pedro Só – um cidadão que se identificava como “branco” – chegou a escrever um artigo no *Diário do Rio Claro* para lamentar que os “pretos”, em vez de unir-se “o mais possível”, formando um só bloco de resistência a todos os males sociais, “dividem-se, separam-se, discutem enciumados, em seus conciliábulos e pela imprensa, cheios de dares e tomares que os desunirão cada vez mais”.⁴⁸ A crítica de Pedro Só partia do pressuposto de que havia uma natureza ou essência negra, que formava uma família ou “um só bloco”, com identidade fixa. Ora, as tradições e identidades afrodiaspóricas “puras”, “autênticas” e “fixas” não passam de uma invenção ideológica, de um discurso axiológico sem lastro nas evidências documentais. Em vez de a-históricas e essencialmente invariantes, a cultura e a identidade dos afrodescendentes em diáspora caracterizaram-se pelas vicissitudes, pelos arranjos contextuais e hibridismos contingenciais. Aliás, não só a cultura e a identidade, como também as políticas raciais foram negociadas, definidas e redefinidas de forma contingencial, conforme o cenário, os protagonistas, as narrativas e as correlações de forças em jogo.

Já a ideia da comunidade racial como uma família tem sido invocada e utilizada como meio para significar as dimensões das experiências afrodiaspóricas, não obstante, adverte Paul Gilroy, isso vem sendo “por toda parte refutado pelas realidades profanas da vida negra”. Essa família racial, como unidade político-cultural congelada, é uma visão essencialista, um discurso “imaginário e bucólico”. Se é verdade que as experiências históricas conectavam entre si os negros dispersos no Novo Mundo e na Europa, não é menos verdade que as diferenças ideológicas (de cultura, política e identidade)

⁴⁸ *Diário do Rio Claro*. Rio Claro, 09/04/1932.

por vezes os dividiam (GILROY, 2001:91,171, 204). Gilroy tem razão. Não existia (e nunca existiu) uma única maneira de ser negro; logo, é escusado salientar que não havia uma única maneira de se contrapor ao “preconceito de cor”. Além da delegação da Frente Negra, da Sociedade Henrique Dias, da Associação José do Patrocínio e do Centro Cívico Luiz Gama, Rio Claro abrigou na década de 1930 outras agremiações do gênero, como a Sociedade 28 de Setembro, a Sociedade Progresso da Mocidade,⁴⁹ Uma Noite de Alegria, que era uma sociedade bailante,⁵⁰ e até o insólito Grupo das “Rosas Brancas”, especializado em festivais “lítero-musicais”.⁵¹ Em linhas gerais, as agremiações propalavam a importância dos bancos escolares, a “ideologia do trabalho”, a constituição de famílias organizadas, o padrão puritano de vida ética e social (educação e boas maneiras), a necessidade de ambientes “distintos” de confraternização, a celebração da história do negro e de seus “heróis”, os laços de solidariedade e união, as ações beneficentes, o orgulho racial, os espaços de lazer e, por fim, consagravam o princípio de que o negro não era inferior ao branco. Suas atividades orientavam-se por um repertório fluido, mutante e versátil: sessões cívicas, palestras, comemorações de efemérides, homenagens aos símbolos afrodiáspóricos, cursos de alfabetização e de formação cultural, teatro, música, dança, eventos desportivos ou mesmo programas beneficentes e de assistência social. Dessas atividades, as mais concorridas eram as de lazer, especialmente as festas “lítero-musicais” e as “partidas dançantes”.

Todas essas agremiações labutavam por forjar espaços autônomos de sociabilidade, política, cultura e lazer, e, como denominador comum, perpassava entre elas a preocupação com o soerguimento moral, cultural e social do negro, embora não houvesse consenso quanto ao melhor caminho para alcançar esse tão almejado e sonhado objetivo. Algumas vozes preconizavam uma militância centrada na arena cultural-educacional, outras, no campo lúdico-recreativo, outras, ainda, no terreno cívico-político e, enfim, também havia aquelas que

⁴⁹ *A Voz da Raça*. São Paulo, 31/08/1935, p. 3.

⁵⁰ *A Voz da Raça*. São Paulo, 07/1937, p. 2.

⁵¹ *A Voz da Raça*. São Paulo, 09/1937, p. 2.

priorizavam uma esfera intercambiante e mista. Independentemente de adquirir a feição de uma associação cultural, um centro cívico, um clube recreativo, uma entidade política, uma sociedade beneficente, um grêmio literário, uma banda musical, um grupo teatral ou um time de futebol, o emergente movimento associativo dos “homens de cor” de Rio Claro alojava uma polifonia de vozes, discursos e retóricas raciais. A múltiplas experiências político-culturais, correspondiam diferentes expectativas, agendas e paradigmas. A delegação da Frente Negra até encetou um projeto associativo que apontava para uma perspectiva de solidariedade maior. Sua tentativa, porém, não logrou êxito. No lugar de impulsionar a superação das diferenças e rivalidades entre os diversos segmentos de ativistas, ela foi o pivô da principal cisão no movimento associativo dos “homens de cor” da cidade.

Os negros de Rio Claro viajavam e transitavam para lá e para cá entre as cidades do interior, entre o interior e a Capital, comunicando-se e cruzando fronteiras em máquinas político-culturais afrodiaspóricas que eram em si mesmas microssistemas conectados às redes cosmopolitas e transnacionais do Atlântico negro. Eis um tema que pode, e mesmo deve, ser aprofundado.⁵² Focar em unidades geográficas reduzidas, senão locais, oferece ao pesquisador a oportunidade, entre outras coisas, de explorar (ou redimensionar) as articulações entre histórias específicas e (des)contínuas, com suas interfaces e interdependências com o mundo mais amplo. Para finalizar, vale enfatizar a

⁵² Souza Pereira sinaliza, em seu trabalho, a conectividade existente entre famílias negras paulistas e paulistanas, catalisada por festas e bailes e proporcionada pela ferrovia. “Materializada por meio das caravanas, esse tipo específico de conectividade negra é um fenômeno que atravessa o século XX (e se mantém ainda no século XXI, agora por meio das rodovias). Em qualquer sentido de tráfego – capital-interior, interior-capital ou interior-interior –, essas caravanas formavam verdadeiros vagões negros, enegrecendo, física e simbolicamente, compartimentos específicos dos trens de passageiros da Paulista. Já a partir do trajeto de viagem, as famílias negras construía o tão esperado momento de: (a) estar entre os seus; (b) revigorar laços de identidade e de sociabilidade; (c) atualizar a experiência de espelhamento negro – entendido como o exercício de se ver e de se sentir representado no congênere de raça, e assim por diante”. (PEREIRA, 2008:123). Em que pese a sinalização de Souza Pereira, muitas questões da “conectividade” afrodiaspórica no circuito *black* de São Paulo de antanho precisam ser descortinadas e problematizadas.

Esses intemoratos homens de cor: o associativismo negro...

necessidade de mais estudos históricos sobre o protagonismo negro e as formas de resistência ao preconceito racial nas cidades do interior paulista. Pois, como asseverava Maria de Lourdes Rosário em 1933, “ao negro muito deve a pátria. Ao negro muito e muito deve o branco. E o preconceito racial, por quanto perdurará? Até quando imperará de modo geral o não reconhecimento?”.⁵³ Respondendo à liderança negra rioclareense, o máximo que se pode dizer é: só a história revelará quando o “preconceito racial” será erradicado!

Bibliografia

- ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.
- _____. *América Afro-Latina (1800-2000)*. São Carlos: EdUFSCar, 2007.
- BARBOSA, Márcio (org.). *Frente Negra Brasileira: depoimentos*. São Paulo: Quilombhoje, 1998.
- BANTON, Michael. *A idéia de raça*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BRUSANTINI, Beatriz de Miranda. *Anauê paulista: um estudo sobre a prática política da primeira ‘Cidade Integralista’ do Estado de São Paulo (1932-1943)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-UNICAMP, Campinas, 2004.
- BUTLER, Kim D. *Freedoms given, freedoms won: afro-brazilians in post-abolition São Paulo and Salvador*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1998.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- DEAN, Warren. *Rio de Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DOMINGUES, Petrônio. *A insurgência de ébano: a história da Frente Negra Brasileira*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP, São Paulo, 2005.

⁵³ *A Voz da Raça*. São Paulo, 03/06/1933, p. 4.

Petrônio Domingues

- _____. *A nova abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. 2. ed. Porto: Paisagem, 1975.
- GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: UCAM/CEAA, 2001.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Trad. Adelaine La Guardiã Resende et al. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- MONSMA, Karl. *Conflito simbólico e violência interétnica: europeus e negros no Oeste paulista, 1888-1914*. História em Revista, Pelotas/RS, n. 10, p. 95-115, 2004.
- _____. *Desrespeito e violência: fazendeiros de café e trabalhadores negros no Oeste Paulista, 1887-1914*. Anos 90, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p. 103-149, 2006.
- _____. *Identidades, desigualdade e conflito: imigrantes e negros em um município do interior paulista, 1888-1914: notas de pesquisa*. História Unisinos, São Leopoldo/RS, v. 11, n. 1, p. 111-116, 2007.
- PEREIRA, Flávia Alessandra de Souza. *Organizações e espaços da raça no Oeste paulista: movimento negro e poder local (dos anos 1930 aos anos 1960)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas-UFSCar, São Carlos, 2008.
- PINTO, Regina Pahim. *O movimento negro em São Paulo: luta e identidade*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1993.